

didático “Coração das Crianças”. In: FERRO, Maria do Amparo Borges; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SOUSA, Lourenilson Leal de. (Org.). *História da Educação: novos olhares, velhas questões*. — Teresina: EDUFPI, 2009.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992. p. 39-62.

SOUZA, Maria Cecília Christiano de. *A Escola e a Memória*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco / EDUSF, 2000.

ORIGENS E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE: O CASO DA UFC EM RUSSAS

Thiago Sousa Felix

Universidade Estadual do Ceará — UECE
E-mail: thiagosfelix2004@yahoo.com.br

Origem da Universidade na Idade Média: os *Studium Generale*

A universidade nasce num momento em que se desconjuntava o braço que movia o sistema feudal: o trabalho do camponês servil. Manacorda (1995, p.142) afirma que, após o ano 1000, “com a interrupção dos ataques bárbaros, a abertura do tráfego no Mediterrâneo, a reconciliação papal e imperial, o surgimento de novos centros urbanos, verifica-se também o despertar de toda atividade cultural e educativa”.

A terceira elite, a econômica, formada pela burguesia ascendente, irá constituir-se na maior beneficiária desse processo impulsionado, em grande medida, pela Igreja Católica. Tanto a gradual queda política da nobreza, como a aquisição e expansão dos serviços com a urbanização foram desencadeados pelo florescimento das artes, do comércio, dentre os serviços vinculados à formação educacional, religiosa e da vida nos pequenos burgos nos quais o trabalho rural ia aos poucos se extinguindo.

Paralelamente ao surgimento da economia mercantil das cidades e a organização das comunas, um novo processo de instrução se introduz com o aparecimento dos mestres livres clérigos e leigos. Conforme cita Manacorda (1995), um exemplo dessa prática se dá na cidade de Salerno (Itália). An-

tes mesmo do ano 1000, existia uma tradição de prática médica que paulatinamente assumiu o caráter de uma verdadeira escola teórica e que, dois séculos mais tarde, foi reconhecida como *Studium generale*, isto é, cujos títulos conferidos eram reconhecidos em qualquer lugar: em suma, uma universidade.

Com o tempo as universidades se multiplicariam pela Europa: Bolonha (1088), Paris (1090), Oxford (1096), Salamanca (1218), Coimbra (1290). Ressalte-se que havia instituições de ensino com propostas similares no Egito e no Marrocos (ligados aos ensinamentos mulçumanos). Também na Índia alguns estabelecimentos aglomeravam pessoas na preservação de tradições milenares em algo similar às universidades.

O pensamento escolástico e teocentrista começa a ser superado com a publicação do Discurso Sobre o Método (1637), de René Descartes (1596-1650) e seus seguidores Bento de Espinoza (1632-1677) e Gottfried Leibniz (1646-1716). O método de Descartes, o cartesianismo, vai guiar a criação de uma filosofia moderna na Europa e marcar o fim da explicação da origem divina e sobrenatural das coisas. Sua repercussão na universidade, contudo, só virá muito depois, mas de forma incomensurável, de maneira que o pensamento racional e científico serão a marca principal da universidade até o começo do século XXI.

Primórdios do Ensino Superior na América Latina e no Brasil

Diferente dos demais países latino americanos de colonização espanhola o Brasil não teve universidades renas-

centistas, criadas nos primeiros séculos da colonização (BUARQUE, 1991) tal como ocorreu no Peru e no México (ambas com instituições fundadas em 1551). Segundo Krotsch (1997, p. 171), “durante o período colonial espanhol se haviam criado trinta e três universidades na Argentina. Da Independência até 1955 se criam outros 50 estabelecimentos”.

A seguinte citação traz uma ideia do quadro que se desenhava nos primeiros séculos de colonização:

A profissão de médico, por exemplo, permanecia limitada aos brasileiros. Só a partir de 1800 com o edito real de 1º de Maio passou a determinar que quatro estudantes designados pelo município do Rio de Janeiro dariam continuidade aos estudos em Coimbra; dois em matemática, um em medicina e um em cirurgia. O estado no Brasil era esse quando em 1808 a família real desembarcou. Na ocasião a metrópole se achava impedida de enviar especialistas pelas tropas napoleônicas de Junot e a solução foi criar escolas na colônia americana (SCHWARCZ, 1993, p. 143).

Assim, antes de técnicos especializados o que se pretendia formar era uma elite independente e desvinculada dos laços culturais que prendiam à metrópole europeia. A ideia era substituir a hegemonia estrangeira, fosse ela francesa ou portuguesa — pela criação de estabelecimentos de ensino de porte que se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento próprio possibilitando à nação desenvolvimento.

É no interior dessa lógica que se pode entender a aprovação do projeto de 31 de agosto de 1826 (convertido em lei em 11 de agosto de 1827), que versava sobre a formação de

dois centros dedicados ao estudo de direito no país. Depois de vários embates sobre a localização das escolas, definiu-se que as duas sedes visariam atender às diferentes partes do país: a população do norte contaria com uma escola sediada em Olinda (que em 1854 se transferiria para Recife), enquanto a região sul teria na cidade de São Paulo o seu novo centro de estudos jurídicos.

Configurava-se verdadeiro marasmo de um século no campo da educação superior. Foram criadas apenas algumas faculdades isoladas por iniciativas locais dos estados, até o Estado Novo. A partir desse momento político foram criadas mais de 95 instituições de ensino superior que passam a totalizar 181 em 1945. Já do ano 1945 ao começo dos anos 1960 foram criadas mais 223 Instituições de Ensino Superior (IES), iniciando a década de 1960 com um total de 404 instituições no país (VAHL, 1987).

Segundo Buarque (1991, p. 85) no período compreendido entre 1945 e 1964 a universidade “se compromete com a defesa da democracia e construção da sociedade tecnologicamente moderna. Surge, ao lado da luta pelo petróleo e reformas de base, a consolidação das escolas tecnológicas e os primeiros institutos de ciências”.

Entre o final dos anos 1960 e o começo dos anos 1980, por outro lado, a universidade “consolida seus departamentos, desenvolve investigações, cria tecnologias, constrói um país dinâmico, ao mesmo tempo em que analisa, denuncia e luta contra a ditadura militar iniciada em 31 de março de 1964” (BUARQUE, 1991, p. 85).

A partir de 1964 o governo lançaria mão de meios para inviabilizar qualquer reação das universidades, no sentido de planejar e desenvolver suas atividades próprias com verdadeira autonomia e independência. Para Rosas (1992, p. 131), o golpe teria a todo custo de ser protegido, e o poder conquistado não poderia sofrer riscos de ser posto em questão.

A reforma universitária de 1968 elaborada nesse contexto ditatorial significou uma mudança na forma de ascensão social. Dessa maneira, o ensino superior tornou-se, se não a única, ao menos uma relevante estratégia para reprodução e ampliação da classe média, importante como mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e como produtora da legitimidade para um regime autoritário e repressor. (SGUISSARDI, e SILVA JR., 1998).

A expansão do ensino superior que ocorreu nos anos seguintes, principalmente nos governos após a redemocratização, não pode ser confundida com democratização, “define-se pelo crescimento expressivo do sistema, com índices que chegam a, aproximadamente, 120%, para as instituições e as matrículas, e 180%, para os cursos de graduação presencial” (RISTOFF, 2008, p. 42).

Para Severino (2009, p. 254) além de expandir a rede de ensino: “impõe-se o debate sobre o sentido de uma universidade que, funcionária do conhecimento, pudesse colocá-lo a serviço da sociedade”. Sociedade que, para o autor, encontra-se desmobilizada para o debate sobre as tendências do ensino superior. O mesmo autor aponta como preocupante a distri-

buição desigual das IES pelas diversas regiões do país. Fenômeno permaneceu praticamente inalterado por todo o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e só começou a se modificar com as políticas implementadas no governo Luis Inácio Lula da Silva. Essa persistente desigualdade regional a Segunda Etapa da Expansão do governo da presidente Dilma Rousseff vem, pelo menos no discurso, tentar reverter.

Caracterização Sócio-histórica do Movimento pelo Ensino Superior em Russas

O município cearense teve sua origem ligada ao Forte Real de São Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe, ainda no século XVII (DA ROCHA, 2001). Graças à localização estratégica e supostamente segura do forte militar, alguns currais (antigas fazendas de criar gado) começaram a se formar na região. O rio que denomina o lugar foi batizado Jaguaribe, devido à ocorrência de onças naquele longínquo período colonial.

Próximo ao Forte é construída a igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (1707), erigida por escravos indígenas e concluída em 1735. A partir daí é a Igreja (templo e instituição) que se constituirá o centro político, social e cultural da localidade. Na década de 1760, por influência dela, o povoado da Ribeira do Jaguaribe teria deixado de ser elevada à vila para escapar à autoridade do Marquês de Pombal, déspota esclarecido português. Tendo o fato da emancipação política acontecido em 06 de agosto de 1801.

A formação educacional formal viria alguns anos depois por iniciativa das autoridades da província e do império brasileiro. Porém, a prática social das Irmandades religiosas, que envolviam cálculos matemáticos e informes gráficos em registros e atas, chamava a atenção dos visitantes diocesanos (ARAÚJO, 1986). A partir do poder religioso a Paróquia de São Bernardo de Russas tinha alcance em toda a região. Depois das capelas foram pelas salas de aula que se propagaram pelas localidades. Hoje essas vilas são as cidades da região jaguaribana.

Da introdução das primeiras letras até a criação de cursos superiores, contudo, o caminho é bastante longo. Apenas na segunda metade do século XX surgem movimentos organizados que reivindicam cursos de nível superior para a região. Em 31 de agosto de 1975 era criada a FUNEVALE — Fundação Educacional Vale do Jaguaribe. Essa instituição pretendia compor os quadros e as condições necessárias para a instalação de uma universidade na cidade de Russas.

Apenas a partir de 2003 o governo federal iniciou um processo de expansão da rede federal de ensino superior. Para o Ceará o fato representou a redistribuição desse nível educacional em seu território, já que, até aquela data, o estado contava apenas com a Universidade Federal do Ceará com três campi, todos situados em Fortaleza.

A nova fase da educação superior pública começou no Ceará em 2005 quando o Conselho Universitário — CONSU- NI aprovou a participação da UFC no Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior. Nascia o Campus

do Cariri na Região Sul e o Campus da Região Norte, com unidade em Sobral. Em 17 de setembro de 2007 era inaugurado o Campus do Sertão Central em Quixadá, contemplando assim as regiões politicamente mais bem articuladas do estado.

Atento a esse fenômeno, a Casa dos Amigos de Russas fundada em 17 de abril de 1993, e que no tocante à educação visava: “desenvolver atividades de cunho sócio-culturais, educacionais e assistenciais de qualquer natureza” aglutinou os agentes que buscariam a instalação do campus da UFC em Russas.

A criação do campus da UFC na cidade jaguaribana, contudo, não obedeceu exclusivamente aos direcionamentos dos poderes centrais da República, pois ocorreu tanto no âmbito federal quanto local, num sinérgico e recíproco fluxo de esforços. Também a comunidade beneficiada participou ativamente do processo por meio da articulação de entidades locais, criação de espaços de diálogo e participação popular. Não foi uma ação pontual nem iniciativa isolada. Por isso diz-se da construção coletiva do Campus de Russas.

Até a formalidade da criação do Campus da UFC na região jaguaribana ocorreram várias manifestações pró-UFC como a circulação de abaixo-assinado (que contou com 11.548 assinaturas), realizações de reuniões com o reitor da UFC, debates nas casas legislativas, artigos na imprensa, realização de audiências públicas, debates nas instituições de ensino da região, interlocuções entre o poder municipal, governo do estado e sociedade civil organizada.

Para se compreender a força do movimento vale ressaltar que todas as cidades se fizeram partícipes do movimento.

Algumas, inclusive, partilharam do sonho e se sentiram dignas de sediarem também um ensino superior público federal. Buscaram lutar por seu campus universitário, cada uma ao seu modo. Sem embargo, um tema com esse grau de complexidade como a instalação de IES deve ser analisado esmiuçada e equilibradamente. Não obstante a escolha incidiu sobre a bicentenária urbe russana, desejosa que era desse grau de instrução e mobilizada que estava para o debate técnico e político.

Transpassado o limite entre a demanda por ensino superior e o anúncio oficial de sua concretização, inúmeros são os desafios até se chegar o campus no seu pleno funcionamento. Velhas e novas perguntas devem ser feitas, oportunas que sejam para a população, exequíveis para os entes federados envolvidos.

Universidade para quê? Velha de séculos, a pergunta continua atual. (...) a este debate todos devem ter acesso. Dirigentes, professores, alunos, funcionários. Entidades da sociedade civil, políticos: a esse debate todos devem comparecer (ROSAS, 1992, p. 19). A constatação do autor citado é legítima, passível de consenso num estado democrático e, portanto, deve guiar a organização das IES atualmente em fase de implantação.

Outros questionamentos podem se somar: A meta é apenas preparar para o mercado de trabalho? Estará a diretriz do Campus Avançado de Russas atenta ao que os documentos nacionais e internacionais preconizam sobre formação a integral do homem? Ao mesmo tempo o Campus manterá uma relação produtiva com as potencialidades regionais? Essas e outras questões são assuntos para um pós-texto.

O que se espera de uma instituição de ensino superior em Russas é exatamente que ela seja herdeira de uma concepção plural e dinâmica de formação. Não sendo assim estará desde logo fadada à reprodução estéril de conteúdos que muitas escolas se transformaram. Tal projeto deve equilibrar dois olhares: um olhar sobre o sistema de ensino público na região e um olhar sobre as potencialidades humanas e econômicas locais. Faculdades de engenharia e escolas politécnicas na Alemanha, por exemplo, procuram bons alunos ainda nos “jardins de infância”.

Considerações Finais

O ensino superior é um bem, valor ou serviço, amplamente negado ao povo brasileiro desde o período colonial. Numa atitude que se estende, governo após governo, mesmo seguido das rupturas políticas como Independência, Proclamação da República e respectivos períodos republicanos. Formulada e reformulada por documentos normativos, o sistema de ensino superior, tal como concebe Saviani (2009), nunca foi praticado no Brasil, apesar da palavra e da intenção conscientemente apresentada pelos representantes legais.

É crível a existência da continuidade do movimento de expansão entre os governos FHC e Lula. É fundamentado esse prosseguimento expansivo nas leis comuns e numa concepção econômica similar. Isso deve ser prontamente contestado por ambas as forças políticas, principalmente da parte “lulista” (grupo político ligado ao ex-presidente Lula), visto

que faz parte do discurso partidário eleitoral aprofundar uma disparidade de concepções ideológicas embutidas nas políticas públicas como foram implementadas e que, diga-se de passagem, realmente contém divergências.

Às transformações na legislação e no modelo de ensino superior, some-se a nova relação que a sociedade faz não com a universidade e o ensino superior em si, mas com a ideia de ensino superior que está diariamente mascarada em forma de publicidade e *marketing* objetivando criar um mercado consumidor de educação superior entre os jovens e trabalhadores brasileiros.

Ligado aos tópicos anteriores a vitória de uma mobilização política e social de quase 40 anos que continua ativa objetivando efetivar o ensino superior no Ceará, mais particularmente na região do Vale do Jaguaribe, o caso do município de Russas e a chegada do Campus Avançado do Vale do Jaguaribe da Universidade Federal do Ceará na cidade.

Referências

ARAÚJO, Côn. Pedro de Alcântara. *Capital e Santuário: miragens russano-nordestinas*. Fortaleza: IOCE, 1986.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. *Implantação do Campus Avançado da Universidade do Ceará no Vale do Jaguaribe*. Memória. Fortaleza: INESP, 2010.

_____. MEC/INEP. *Censo educacional superior 2010, resumo técnico*. Brasília, 2010.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Expansão da Rede Federal de Educação Superior*. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_122.php> Acesso em: 18 dez. 2011.

BUARQUE, Cristovam. *La universidad en la frontera del futuro*. Heredia: EUNA, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Superior No Octênio FHC. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 nov. 2011.

DA ROCHA, Limério Moreira. *Russas: 200 anos de emancipação política*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

FELIX, T. S. *A Expansão do Ensino Superior no Brasil*. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

GAJARDO, Marcela. *A educação como assunto de todos: possível no futuro?* In. UNESCO. *Educação na América Latina: análise de perspectivas*: Brasília: UNESCO, OREALC, 2002.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil –10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In BITTAR, Mariluce; DE OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília (Org.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB* / Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

ROSAS, Paulo. *Para compreender a educação superior brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *Sistema de educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação*. Texto organizado a pedido da Assessoria do MEC para servir de subsídio às discussões da Conferência Nacional de Educação. Brasília, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Expansão do Ensino Superior: Contextos, Desafios, Possibilidades*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SGUISSARDI, Valdemar e SILVA JR., João dos Reis. *A produção intelectual sobre educação superior na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) período 1968-1995*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.79, n.193, p.95 a 112, set/dez 1998.

Universidade Federal do Ceará. *Campus Quixadá*. Disponível em: <http://www.quixada.ufc.br/?page_id=2> Acesso em: 24 de março de 2012.

Universidade Federal de Santa Catarina. *Liderança e administração na universidade*. Florianópolis: OEA/UFSC, 1987.